

DO TERRITÓRIO À CIDADE, DA POLÍTICA À CRÍTICA –
CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS DE GERÔNIMO BUENO
E EDGAR GRAEFF AO URBANISMO EM GOIÂNIA

Wilton de Araujo Medeiros
UEG
wilton_68@hotmail.com

Introdução: urbanismo como “saber” entre a política e a academia

Ao falar sobre as experiências diversas que as escalas do território e da cidade proporcionam à experiência do sensível, Secchi (2006) mostra que essas experiências são inevitavelmente influenciadas pelo fluxo dos discursos. Conforme veremos no decorrer desse texto, embora estejam distanciados no tempo por cerca de quatro décadas e ao serem contrapostos, os discursos urbanísticos de Gerônimo Bueno e Edgar Graeff deixam entrever que, os vestígios sensíveis de uma prática, e os discursos que a apoiaram, aparecem como “duas camadas entre as quais se situam os movimentos da sociedade” (pág. 19). Para Secchi, essas camadas são interligadas de maneira nem sempre clara e previsível.

Porém, Secchi não especifica se esta imprevisibilidade ocorre em movimentos sincrônicos ou diacrônicos da sociedade. Embora trace panoramas sobre as figuras da continuidade e da fragmentação ao longo do século XX, desde suas origens iluministas e consequente cisão epistemológica entre objeto e sujeito, não chega a detalhar historicamente essa relação entre práticas e discursos. Mas isso é intencional, já que para Secchi o urbanismo não é uma ciência, mas sim um “saber”, e como tal, interessa-se e faz-se por intersecções dos seus sujeitos e dos seus objetos, ainda que os mesmos sejam aparentemente contraditórios e distantes, como no caso em tela, ao tratarmos dos discursos e das práticas urbanísticas de Gerônimo Bueno e Edgar Graeff como protagonistas do urbanismo de Goiânia, Bueno na esfera política e Graeff na esfera acadêmica.

Ao analisar discursos de Bueno e Graeff diacronicamente, podemos perceber que os mesmos discorrem sobre território e cidade de maneiras não tão imprevisíveis assim, se compararmos o que dizem com as esferas onde atuam e os períodos em que se situam historicamente. Se observarmos os contextos desses discursos, podemos perceber que Bueno

postula a escala do território como excêntrica à cidade no contexto das políticas de interiorização do Brasil entre os anos de 1930 e 1950. Por sua vez, Graeff dá densidade aos seus escritos acadêmicos ao aprofundar a sua teoria e crítica sobre a “morada humana”, porém, em um contexto em que a cidade passava a ser pensada em seus próprios termos, e não apenas como pretexto para o desenvolvimento territorial.

Em contextos distintos, e sem qualquer obrigatoriedade de demarcar fragmentações ou continuidades do pensamento urbanístico, o estudo sobre os discursos e as práticas de Bueno e Graeff, é “bom para pensar” a respeito do que Secchi postula do que seja o urbanismo: um saber relativo aos modos de construção, à continua mudança e melhoramento do espaço habitável e, em particular, da cidade – e isso perpassa por aparentes descontinuidades, sejam nas escalas, sejam nos *locis* de atuação dos urbanistas. Assim sendo, pensar esses discursos, praticas e contextos distanciados no tempo não quer significar necessariamente buscar por uma ordem ou a figura da continuidade. Até porque, como diz Secchi, o decorrer do século XX em que o urbanismo se consolida e se institucionaliza é permeado pela figura do fragmento que é oposta a da continuidade, ambas igualmente enraizadas no passado.

Sem desmerecer ou supervalorizar o urbanismo, seus sujeitos, seus objetos, seus discursos e suas práticas, o urbanismo então é visto como um saber de tipo *patchwork*, “feito de peças próximas umas às outras e com varias origens e histórias” (págs. 27; 43). No presente texto, veremos que tanto os discursos quanto os âmbitos de atuação profissional de Gerônimo Bueno e Edgar Graeff podem ser situados nesse quadro teórico, tendo os mesmos como sujeitos e a cidade de Goiânia como objeto, e o modo como abordam as escalas da cidade e do território como problemas que encaminham a produção de um conhecimento específico do “saber” urbanístico.

Geronimo Bueno, política e urbanismo: por um olhar excêntrico a Goiânia

A junção entre política e urbanismo no Brasil pode ser observada não apenas nas obras de embelezamento urbano, levadas a efeito em diversas cidades, sobretudo capitais, desde a segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX, com aberturas de avenidas, obras de saneamento, paisagismos, ou transformações de largos religiosos em praças publicas. Inserções de modernidade, modernização política e urbanismo perfazem traços definidores da Nação também em concepções de cidades novas, inúmeras delas localizadas em frentes de

colonização, sendo talvez as mais importantes as capitais: Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas.

Essas cidades possuem um grau de importância não somente por serem capitais, mas por conterem em si direção e sentido de interiorização do país, o que faz da junção entre política e urbanismo um dos mais importantes componentes na configuração da nação modernizada territorialmente. Por seu turno, a construção de Brasília e seu complexo sistema de rodovias conectando a capital federal a todo o país, ao mesmo tempo em que corroborará com a tese já postulada em Belo Horizonte, de que a força do Brasil estava em seu interior, também contribuirá para a estigmatização do sertão como um lugar de atraso, e, portanto, deslocará este atraso para um lugar mais distante do Planalto Central.

Podemos observar a perspicácia política de Gerônimo Bueno para seguir a trilha do urbanismo a partir de sua inserção prática costurada em tecitura política desde o período em que dirige a construção de Goiânia (1935 – 1937) até o fim de sua carreira como Senador da Republica (1954-1962). Tanto é assim que, para Silva (1997, p. 39), foi Jeronimo Bueno quem construiu Brasília politicamente, desde que conseguiu a adesão de Juscelino Kubitschek como candidato ao pleito presidencial. Contudo, se analisarmos acuradamente as injunções entre urbanismo e política, feitas por Bueno, sobretudo no período em que foi Governador de Goiás (1947-1950), e de que maneira propôs de modo excêntrico à capital Goiânia olhar para o extenso território que a cercava, veremos que a construção política de Brasília por Bueno se deu muito antes de sua proximidade com Kubitschek.

Durante parte do período em que foi governador de Goiás, Coimbra Bueno participou, concomitantemente, como membro da Comissão especial de mudança da Capital da Republica (1946-1948). Cumprindo essas duas funções públicas ao mesmo tempo, o então Governador teve a oportunidade de colocar em prática o “neo-bandeirismo” que propôs quando lançou a Cruzada Rumo ao Oeste – ver Figura 1, abaixo.

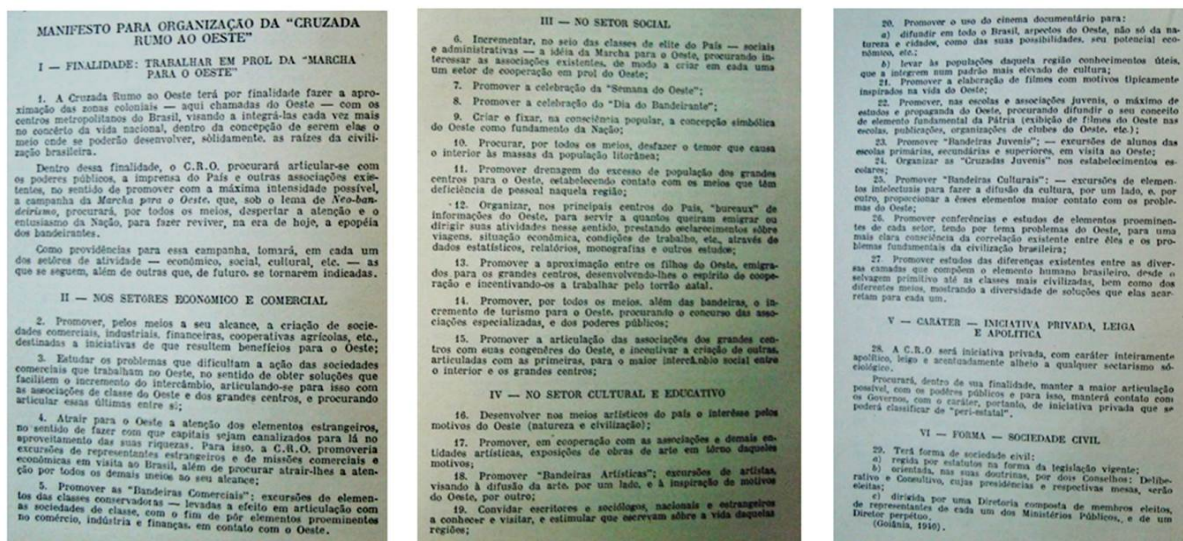


Figura 1: Páginas 1 a 3 do Manifesto para organização da "Cruzada Rumo ao Oeste", compilado por Coimbra Bueno. Fonte: BUENO, 1961.

Com isso, o governador que entre 1935 e 1937 havia sido engenheiro construtor da nova capital de Goiás dava mostras de que as formas de sua atuação urbanística em Goiânia eram muito melhores explicadas por sua anterior militância pró-interiorização do Brasil, do que especificamente como urbanista, tal como era esperado, já que, desde o seu surgimento, tanto o urbanismo quanto a urbanização de Goiânia eram prerrogativas do governo do Estado.

Como o governante anterior a Bueno administrara pessoalmente Goiânia durante doze anos (1933 – 1945), havia a expectativa de que Bueno teria semelhante ou até maior dedicação ao urbanismo, até porque o seu escritório sediado no Rio de Janeiro, encontrava-se em franca expansão, tendo feito inclusive o Plano Diretor de Curitiba em 1942 com Donat Agache. Porém, as viagens frequentes ao Rio de Janeiro ocorridas até agosto de 1948, e com isso as prolongadas ausências do governador no Palácio das Esmeraldas, bem como a visível dedicação à causa federal, fez recrudescer a oposição do PSD de Goiás, e multiplicar-se as críticas dos populares, pululando ferrenhas dissidências de companheiros do próprio partido.

Frustrando as expectativas internas dos goianienses com o prosseguimento do urbanismo e urbanização, para Bueno, a interiorização da Capital Federal seria o "denominador comum" de todos os problemas, porém, não problemas de Goiás ou de Goiânia, mas problemas referentes à construção da nação, ou à "salvação nacional":

Desejamos, nesta oportunidade, pedir a atenção dos homens públicos para os nossos grandes problemas, já equacionados ou em execução. (...) Todos os

esforços conjugados do Estado e da União, deverão ser sempre norteados pelo denominador comum – da interiorização da Capital Federal, obra inadiável de salvação nacional (Diário Oficial: 15/07/1950).

Está claro, nessa citação, que Coimbra Bueno não se refere à urbanização de Goiânia como um “grande problema” a ser resolvido, e sim a construção de Brasília e a interiorização do Brasil. Trata-se, portanto, de pensar a escala territorial, e não a escala local. E, nessa escala territorial a posição do idealizador de uma obra de “salvação nacional”, e não de uma obra ou de obras na escala da cidade. Nesse sentido, o urbanista fazendo-se valer pelo viés político, atua deliberadamente na escala territorial, e não na escala local da capital onde residia, e a partir da qual cumpria seu mandato de governador.

No período de um ano em que mais colocou em prática suas ideias sobre a “salvação nacional” a partir da interiorização da Capital Federal nas reuniões da Comissão especial de mudança da Capital da Republica, Bueno ausentou-se 23 vezes de Goiânia, tendo ido 22 vezes ao Rio de Janeiro e uma a Chapada dos Veadeiros. Bueno, porém, não se continha apenas nos trabalhos de estudos para a localização da nova Capital Federal. Demonstrava fielmente as suas convicções sobre o “neo-bandeirismo” citado no documento da Figura 1 acima, colocando frequentemente o Governo de Goiás a serviço desses ideais e convicções bandeiristas.

Ausente de Goiânia inicialmente tendo por causa a referida Comissão, nos anos que se seguem a 1947, Bueno continuamente ausenta-se em decorrência dos projetos de imigração e de estudos regionais que também elaborou junto ao Governo Federal.



Figura 2: Boletim Informativo nº 5. Fonte: Academia Goiana de Letras/ Casa Altamiro de Moura Pacheco.

Figura 3: ilustração do texto *Rio Tocantins – ‘o Mississipi da América do Sul*, em que Coimbra Bueno, dentre outras coisas, propõe a interligação entre Belém Norte, Sul e Nordeste, por meio de rodovia, ferrovia e hidrovia. Fonte: DEMOSTHENES, 1947, p.63,

Conseqüentemente, foi gerando uma arena política que o deslocava do interesse pela continuidade de planificação de Goiânia, tendo em vista a planificação do interior do Estado, da região do Brasil Central e, por conseguinte, também do território nacional. Portanto, em decorrência disso, os principais pontos do programa de governo de Coimbra Bueno eram excêntricos a Goiânia.

Ora, os habitantes de Goiânia, acostumados a vê-lo cerca de uma década antes como engenheiro construtor da cidade, possivelmente, questionavam-se porque, ao invés de continuar as práticas urbanísticas, ocupava-se bem mais com os “grandes problemas”, com a “interiorização da Capital Federal” e, até mesmo, com a “salvação nacional”. No entanto, Coimbra Bueno dizia em sua defesa – esse discurso em sua defesa foi feito na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em junho de 1950, dias antes de sua renúncia e passagem do cargo para o vice-governador:

O que fizemos, o que pudemos realizar, não é segredo, nem difícil de ser apreendido, salvo pelos que não querem ver, pelos derrotistas e negadores sistemáticos do esforço, proficiência e realizações de outrem.

O povo, (...) temos certeza de que compreendeu e reconhece o que realizamos; e isto é bastante, – é tudo (idem).

Como se vê, para Bueno, a não compreensão das injunções entre urbanismo e política, e resultado disso na reconfiguração territorial, era derrotismo oposicionista, ou sabotagem contra seus esforços: “sabotando conscientemente ou não as iniciativas governamentais e combatendo sistematicamente qualquer medida que se adote ou se ponha em prática (Ibid.)”.

Como explicam diversos autores, grande parte dessa antipatia por Coimbra Bueno em Goiânia, deveu-se aos seus “gananciosos avanços imobiliários” ao adquirir áreas rurais e transformá-las em loteamentos urbanos, manipulando e alterando a planta da cidade e ampliando o perímetro urbano como podemos ver em Maciel (1996, p. 161); Unes (2001, pp. 68-69); Ribeiro (2004); *et all.* A meu ver, não é possível desconsiderar a *boutade* imobiliária e

suas consequências para Goiânia no discurso e prática urbanísticas de Bueno. Porém, seria redutor pensar o processo de produção do espaço urbano de Goiânia apenas pela análise de formação e deformação do sistema fundiário.

Energizando ambas as coisas, a questão central, é que, ao longo do processo de interiorização da Capital Federal desde o início do século XIX como mostra Vidal (2009, p. 37), processo esse intensificado após o advento da República, concomitantemente políticos e intelectuais goianos apropriaram-se da posição que Quadrilátero Cruls ocuparia, ou seja, dentro do Estado de Goiás. Além disso, como durante muito tempo o que prevaleceu foi a indefinição a respeito do local exato onde seria edificada a nova cidade, os goianos aventavam a possibilidade de Goiânia vir a ser a capital do Brasil, do mesmo modo que os mineiros propunham que fosse Belo Horizonte.

Portanto, a atuação urbanística de Gerônimo Bueno insere-se nesse contexto político, porém de modo excêntrico à capital de Goiás, estende-se ao território do Brasil Central. Dando prioridade à política em âmbito federal, alinha-se às políticas de colonização: “Para isso, a C.R.O. promoveria excursões de representantes estrangeiros e de missões comerciais e econômicas em visita ao Brasil, além de procurar atrair-lhes a atenção por todos os demais meios ao seu alcance” (BUENO, 1961, s/p.). Interessante perceber que essa canalização de recursos e mão de obra estrangeira deveria ocorrer no Oeste, ou seja, numa “região”. Isso mostra que os seus interlocutores são os brasileiros, e não os goianos.

Conforme Bueno, a finalidade número um da Cruzada rumo ao Oeste era: “desenvolver, solidamente, as raízes da civilização brasileira” (BUENO, 1961, p. 8) – Ver Figura 1, acima – aproximando o Oeste dos centros metropolitanos. Isso Bueno procura equacionar em seu governo com a proposta de abertura de “grandes vias de acesso” que seriam as precursoras da interiorização da Capital Federal:

As “grandes vias” de acesso e penetração, serão as precursoras da maior obra da nacionalidade em todos os tempos: - a interiorização de sua Capital. E foi por isto que nos deslocamos da área palaciana de Goiânia, para os distantes rincões de nosso Estado, e para a Capital Federal, onde passamos boa parte de nosso tempo e lutamos com uma equipe de bons brasileiros, (...) não ao regionalismo acanhado de um Estado pobre, mas ao cumprimento essencial e preliminar do Artigo 4º da Constituição Federal que está sendo realizado, isto

é – preparo e desenvolvimento preliminar do Planalto Central – para tornar-se sede da administração Federal (Diário Oficial, 15/07/1950).

Como se vê, Coimbra Bueno novamente deixa bastante claro a instrumentalização de seu governo para a interiorização da Capital Federal, deslocando-se da capital para o interior do Estado e região, onde passa a maior parte do seu tempo, muito mais preocupado com o preparo e desenvolvimento preliminar do Planalto Central para que esse viesse a tornar-se sede da administração Federal.

Essas injunções políticas de Bueno mostram que a urbanística de Gerônimo Bueno deriva da ideia de “um saber que se move em um setor muito aberto” (SECCHI, 2006, p. 49), em que cada elemento e o conjunto inteiro adquirem sentido para nós quando relacionados reciprocamente sobre um plano contextual.

Na verdade, o período em que Gerônimo Bueno atuou como Governador de Goiás corresponde ao período em que proporcionalmente houve maior urbanização de sua capital. Porém, sem continuidade da urbanística original, os inúmeros novos loteamentos nesse período aprovados, passaram a compor uma simples justaposição de fragmentos ou somatória de plantas. Efeitos de *plantismo* como diria Martinez (2000, pág. 39), cujas críticas, diria Graeff (1985), evocam uma teoria da composição que vai muito além da cidade por seus grafismos.

É sobre a teoria da composição que vai muito além da cidade por seus grafismos, em discurso e prática acadêmica focalizando a cidade em seus próprios termos na análise de Edgar Graeff sobre Goiânia, que veremos a seguir alguns aspectos do discurso fundante que desloca o urbanismo de sua esfera prevalentemente política e territorial, para uma esfera cujos contributos acadêmicos tornam-se essenciais para a reformulação daquilo que talvez seja mais “interno ao urbanismo” (SECCHI, 2006: 60): a escala da cidade, mas não pelo viés da história da cidade, e sim por uma história própria ao urbanismo.

Goiânia vista por Edgar Graeff: para além dos seus grafismos, os sentidos de uma “identidade profunda”

Edgar Graeff construiu a sua obra teórica e crítica a partir da noção de composição do espaço arquitetônico, desde o início de suas atividades docentes, tendo publicado diversos textos sobre composição no decorrer dos anos de 1950. Embora a princípio tenha tomando por base autores estrangeiros como Bruno Zevi, Leonardo Benévolo e Lewis Mumford, a partir de meados dos anos de 1960 se empenha em identificar as especificidades da composição na arquitetura brasileira. Com isso, por um lado rebatia as críticas internacionais feitas à arquitetura brasileira. Por outro, aprofundava o seu pensamento arquitetônico.

Sempre atuando academicamente, embora também tenha atuado como projetista, Graeff debruçou-se desde o início dos anos de 1970 sobre a pesquisa Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira, e daí em diante passou a aprofundar suas investigações sobre a composição e suas especificidades brasileiras, por cerca de quinze anos. Por exemplo, em 1979, elabora o conceito amplo de arquitetura como "morada do homem". Desenvolve e publica tal conceito nos Cadernos Brasileiros de Arquitetura da Editora Projeto, o livro "Edifício", em que propõe uma ampliação da escala da arquitetura, e com isso o prestígio desta, para a escala da cidade (GRAEFF, 1979, p. 71).

Desde meados dos anos de 1970 Graeff havia sido contratado como professor e consultor na Universidade Católica de Goiás. Tendo sido expulso em 1968 da Universidade de Brasília pela ditadura dos militares, passou a atuar profissionalmente em Goiânia. Desse modo, Goiânia foi uma das cidades que estudou para elaborar o processo de ampliação da escala da morada humana do edifício para a cidade como um todo.

A escala humana é fundamentalmente a escala das percepções estéticas do ser humano. Não se baseia em qualquer dimensão do corpo, mas nasce de uma medida de consciência humana – consciência que não pode ser definida por meio de deduções matemáticas e malabarismos geométricos, mas somente através de sínteses históricas e culturais. (GRAEFF, 1979, p. 28).

Esclarece o autor, que essa abordagem sobre a arquitetura brasileira pelo viés histórico-cultural deu-se como respostas às críticas internacionais, que vinham ocorrendo nos anos de 1950. (GRAEFF, 1979, p. 1). E, como dá a entender também o próprio Graeff, essa defesa teórica sobre a arquitetura brasileira foi se consolidando nesse período, em que

também o autor se consolida como teórico e crítico de renome nacional, publicando em diversos lugares do meio acadêmico brasileiro:

Quando se tornou publico o resultado do concurso nacional para obtenção do ‘Plano Piloto’ para a nova capital do Brasil, os estudantes da Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul me pediram que comentasse o assunto. Da palestra então proferida resultou o presente ensaio critico publicado em 1957 na Revista Brasiliense, de São Paulo, e, posteriormente, em 1959 na Coletânea de meus trabalhos escritos, organizada e editada pelos estudantes da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais sob o titulo Arquitetura e o homem. (GRAEFF, 1979, p. 21).

Conforme é possível observar no relato acima pelas datas citadas, nesse período Graeff era professor no Rio Grande do Sul. Pelo que constam nos seus dados biográficos, exerceu intensa atividade profissional e didática, tendo sido um dos fundadores dos cursos de arquitetura em duas universidades federais: no Rio Grande do Sul, em meados nos anos de 1940 e em Brasília no início dos anos de 1960.

Ao longo dessas duas décadas, a sua principal linha de defesa da arquitetura brasileira se deu em torno da noção teórica de “escala humana”, ou seja, da arquitetura como síntese histórico-cultural. Ainda no primeiro quartel dos anos de 1960, nos primeiros anos de funcionamento do curso de arquitetura, Graeff foi expulso da Universidade de Brasília e também da Universidade do Rio Grande do Sul pela ditadura dos militares.

Conforme consta em seus relatos,

Para sobreviver e defender o direito ao trabalho no meu ofício docente, precisei realizar cursos de curta duração e palestras em quase todas as escolas de arquitetura do país. Nessas andanças pelos quatro cantos do Brasil, comecei a perceber que há traços de família entre cidades como Brasília, Goiânia, Olinda, Recife, Fortaleza, Belém, Londrina... (GRAEFF, 1980, p. 106).

Goiânia aparece dentre esses locais estudados por Graeff “nessas andanças pelos quatro cantos do Brasil”. Nesse período de sua trajetória profissional, Graeff não tinha emprego fixo, porém, essa condição o favorecia a continuar desenvolvendo a temática da

“escala humana” como principal característica da arquitetura brasileira, precisamente por causa das oportunidades de deslocamentos para diversos locais do país.

Como era muito conhecido por rebater as críticas de teóricos internacionais como Bruno Zevi à arquitetura brasileira, era chamado para dar cursos de curta duração do Norte ao Sul do país. Portanto, esta condição de deslocamentos pelo país veio não apenas a consolidar ainda mais as suas ponderações sobre arquitetura brasileira, como o levou a ampliar as suas observações sobre o que as unia nas diferenças locais: “É como se essas arquiteturas falassem dialetos diferentes, mas todas com o mesmo sotaque”. (Ídem).

O contato com as diversas manifestações da arquitetura brasileira, também o levou, por consequência a analisar os vínculos entre teoria e prática, já que as diferenças locais eram expressões de práticas locais, e desse modo a pensar acerca da prática da teoria no Brasil e no mundo (GRAEFF, 1979, pp. 77-82).

Todos os fatos e processos do campo da arquitetura constituem naturalmente objetos de aplicação da reflexão crítica, mas destacam-se entre eles a obra executada e o processo da sua realização. Este, porque constitui a própria prática da arquitetura e aquela porque é o seu produto. (GRAEFF, 1979, p. 79).

Como se vê, os aspectos da “arquitetura como obra” e “o processo de sua realização” foram se destacando nas reflexões feitas por Graeff nesse período: a prática da arquitetura vai influenciar nas suas proposições teóricas. Com isso um dos principais frutos de suas reflexões foi o desenvolvimento da noção de arquitetura a partir da proposta de um “edifício-tipo”, ao qual denomina “morada do homem”. Esses frutos são imbricações de suas análises sobre teoria e prática da teoria, tendo como base as observações diretas das práticas da arquitetura (GRAEFF, 1979, p. 77). Foi também nesse período que passou a trabalhar na pesquisa *Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira*, ou seja, a partir do início dos anos de 1970, e daí em diante trabalhou com essa temática por cerca de quinze anos.

Em 1979 Graeff publica nos Cadernos Brasileiros de Arquitetura da Editora Projeto o livro *Edifício* essencial sobre as suas análises até então apreendidas acerca da noção de “morada do homem” – “a arquitetura só poderá recuperar efetivamente seu prestígio na medida em que lhe for dado concentrar suas atenções no planejamento e na construção da

“morada do homem” (GRAEFF, 1979, p. 71)¹. Essa ampliação de escala vinha ocorrendo desde que Graeff passa a trabalhar em uma pesquisa para o Ministério da Educação, intitulada *Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira*, cujo produto lhe rendeu várias publicações, dentre as quais o livro *1983 – Goiânia: 50 anos*, sobre o qual serão abordadas algumas especificidades adiante.

Uma casa é uma casa, duas já constituem paisagem urbana. Nesse processo de complexidade crescente e especialização das atividades humanas – e de conseqüente desenvolvimento da cultura de morar –, a morada humana alcança dimensões que ultrapassam os limites do espaço edificado, do espaço rural e do espaço urbano, chegando hoje, graças às velocidades mecânicas e às telecomunicações, às fronteiras do agenciamento do espaço regional.

(...) Essa compreensão nova das origens das arquiteturas levou-me à reformulação da hipótese das “Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira”, em que venho trabalhando há quase dez anos. (GRAEFF, 1980, pp. 105; 106).

Goiânia foi uma das cidades que Graeff estudou para elaborar o processo de ampliação da escala da morada humana do edifício para a cidade como um todo, conforme exposto na citação acima. Embora apresentada de modo bastante sintético no folheto nº 2 da coletânea *Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira / 1983 – Goiânia: 50 anos* é possível compreender a noção de morada humana observada na cidade de Goiânia.

Conforme está estampado na capa do livro, do lado esquerdo (Figura 1) a escala “humana” da cidade aparece nos grafismos do mapa, e, do lado direito no conjunto de edifícios expresso artisticamente, por causa das interpretações que faz sobre as elaborações do plano original, mas também, como explica, pelo modo contraditório como o grafismo de Atílio Correia Lima foi apropriado por inúmeros desenhistas de loteamentos que configuraram a expansão urbana.

¹ O referido livro foi prefaciado por Lucio Costa, “a modo de prefácio” datado de 1975. Conforme esclarece na introdução o livro o livro foi feito a partir de uma encomenda de Otto Maria Carpeaux para a redação do verbete Edifício da Enciclopédia Mirador Internacional. (GRAEFF, 1979, p. 7).

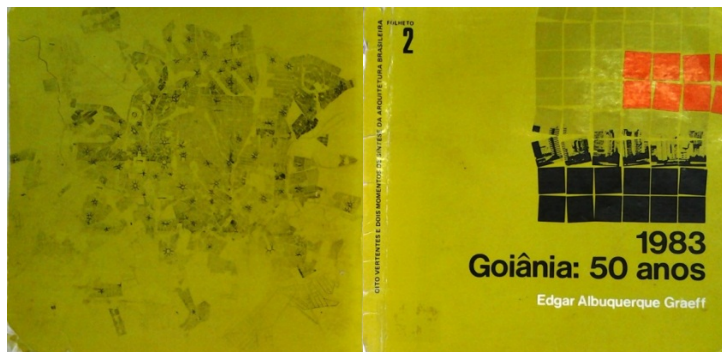


Figura 4: verso da capa do livro, mostrando o mapa da cidade e seus grafismos característicos. Fonte: NDD da PUC-GOIÁS

Figura 5: frente da capa do livro. Fonte: NDD da PUC-GOIÁS.

No entanto, para o caso de Goiânia, a escala de humanidade observada não foi medida pela *plus* de teoria, mas do confronto entre o pensamento e a vida, ou entre a teoria e a prática:

Esse tipo de confronto entre o pensamento e a vida – ou entre a teoria e a prática – está na raiz mesma do processo de formação e desenvolvimento das cidades. Mas no caso particular de Goiânia parece que as contradições se instalaram antes mesmo da cidade começar a tomar forma no espaço. (GRAEFF, 1985, p. 16).

Com isso, ao ressaltar as contradições da cidade, Graeff pode ter parecido também contraditório, já que no decorrer de *1983 – Goiânia: 50 anos* tenha parecido ser muito menos elogioso do que o usual, levando-se em conta que o livro também seria um presente à cidade em seu aniversário, e por isso o opúsculo conteria “cogitações cordiais”. Para Graeff, falar em cogitações cordiais não se tratava apenas de uma licença poética, mas sim uma forma de compreender o que estava além dos grafismos do projeto urbano, no caso do uso do *patte d’oie* acreditava tratar-se de um equívoco, porque “o famoso pé-de-pato não passa realmente de uma imagem gráfica, um rosto capaz de esconder diferentes corações” (GRAEFF, 1985, p. 18).

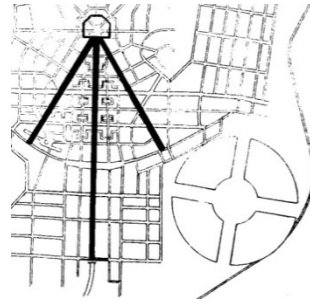
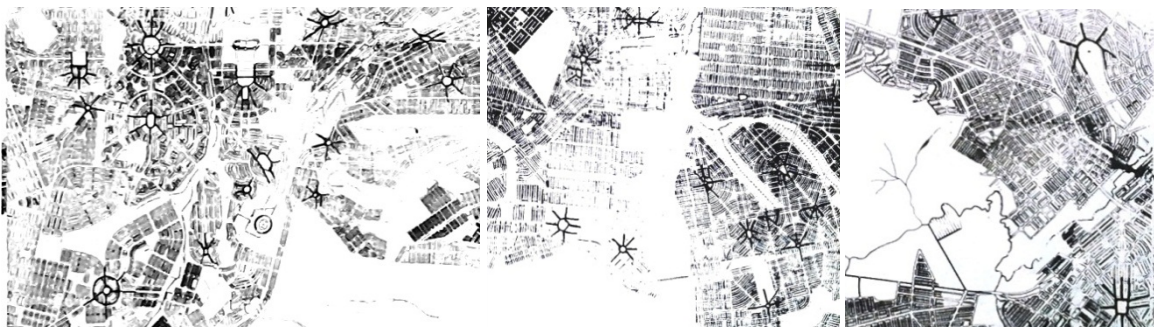


Figura 6: Edgar Graeff identifica grafismos no Plano de Atílio Correia Lima, O patte d'oe. Fonte: GRAEFF, 1985:33.

Ao que parece, a maneira que o autor encontrou para ao mesmo tempo homenagear a cidade e também não descuidar de sua própria atividade teórica foi ressaltando a “humanidade”, estampada precisamente em suas “contradições”.

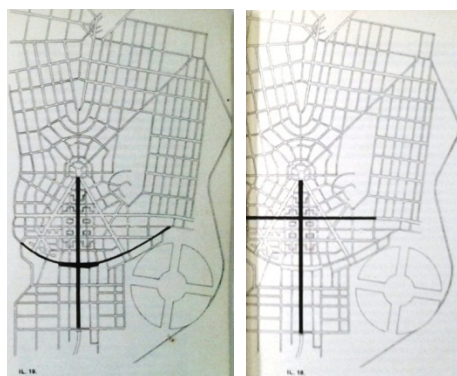
Conforme diz à página 27, o traçado em asterisco por si só não constitui patrimônio ou ideologia de quem quer que seja, existindo simplesmente em disponibilidade, o que vai imprimir sentido e significado às suas potencialidades funcionais e expressivas é o uso que delas se faz. Talvez dessas “contradições” das quais se ocupa no decorrer de todo o livro, “tenham resultado a vitalidade e a graça que ainda hoje Goiânia exhibe, apesar de todos os pesares, e das deformações que vem sofrendo sob o impiedoso império do capitalismo selvagem”. (GRAEFF, 1985, p. 27).



Figuras 7, 8 e 9: asteriscos tornaram-se à “cultura de morar” impregnando a contradição como “identidade profunda”. Fonte: GRAEFF, 1985, p. 19-22.

Graeff identifica a contradição e o equivoco do grafismo como inerente à cultura de morar em Goiânia. Porém, ao identificar a contradição e o equivoco do grafismo como inerente à cultura de morar, finda por constituir uma vertente bem menos explorada da história do urbanismo em Goiânia, qual seja, a vertente crítica, que se recusa a seguir os ditames da história oficial, e que busca por meio da teoria a “identidade profunda” da cidade.

Para Graeff, a “escala humana” de Goiânia estaria nas “contradições” presentes em diversos aspectos do plano urbanístico elaborado por Attilio Correia Lima. A “humanidade” da cidade estampada nessas “contradições”, e as formas como foram apropriadas por seus moradores possibilitam a compreensão de sua “identidade profunda”. Por exemplo, Graeff critica o simplismo de Yves Bruand que de modo acrítico vê semelhanças no mero grafismo ou *plantismo* do “sinal da cruz” de Goiânia como prefiguração de Brasília.



Figuras 10 e 11: correspondentes às ilustrações 18 e 19 sobre a crítica a grafismos poucos significativos no projeto urbano original de Goiânia. Fonte: GRAEFF, 1985, p. 33.

Essa crítica de Graeff a Bruand, é uma forma de desconstruir as superficialidades em busca do que chama de uma “identidade profunda”. “O que aí temos não passa de um sinal gráfico, pouco expressivo, como tantos outros. O cruzamento da avenida Goiás com a Paranaíba, também evoca o cruzamento dos eixos de Brasília, mas esta é uma semelhança irrelevante” (GRAEFF, 1985, p. 33). Graeff também utiliza essa crítica feita a Bruand como forma de construir o seu argumento sobre a cidade como “morada humana”, sugerindo que provavelmente Goiânia tenha precedido Brasília precisamente em sua “identidade profunda”, esta sim, para Graeff poderia apresentar similaridades que de fato contribuíssem para a compreensão da interpenetração entre urbanismo e cultura.

Para Graeff, muito além da bidimensionalidade do traçado, Goiânia prefigura Brasília como cidade-parque, ou seja, pelo seu “construir frondoso” – referindo às árvores que ocupam os canteiros centrais e as calçadas das principais avenidas de Goiânia. É como “cidade-parque” – profundamente contraditória à concepção barroca que referencia a centralidade visual da cidade capital, assim como havia ocorrido em Versalhes, Whashington e Kalshue – que Graeff identifica a Escala humana de Goiânia.

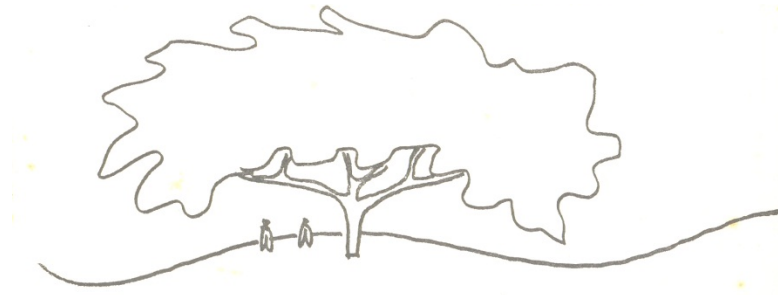


Figura 12: ilustração na contra-capa do opúsculo “1983: Goiânia 50 anos”. Graeff copia esta figura do livro “Roteiro para construir no Nordeste”, de Armando de Holanda.

Considerações

Como diz Secchi (2006), evidenciar o urbanismo enquanto conjunto de práticas e saberes carentes de uma arquitetura clara, construído em meio a vazios, de modo fragmentário, expõe por um lado a realidade de que o urbanismo não é o único responsável pela construção da cidade, e por outro, que entre a história da cidade e do território há paralelos, mas não podemos ter pretensões de coerências quanto àquilo que é externo ao urbanismo. Contudo, é no interior do campo urbanístico que se operam as mudanças em busca de uma coerência própria cada vez maior, ou pelo menos de uma menor autocontradição (Pág. 61).

Se observarmos as práticas e discursos de Bueno e Graeff na diacronia, podemos observar que discursos e práticas tão dispares demonstram o *corpus* de um saber muito aberto, mas é precisamente por ser um saber aberto tal como é o seu objeto seja em qual escala for, que o urbanista surge como um dos poucos que se ocupa de maneira direta e explícita em compreender a complexidade de ações e decisões que poderão se prolongar por um longo período, um saber consciente da “inércia e da irrevogável duração de cada gesto imaginado. Nesse sentido, os discursos e as práticas de Bueno e Graeff ainda estão presentes entre nós.

Referências

BOLETIM INFORMATIVO Nº 5. Esboço de um projeto de colonização no Estado de Goiás. CASALUCE, Giacinto (Org.). Goiânia: Imprensa Oficial do Estado, 1949.

BUENO, Jerônimo Coimbra. Rio Tocantis – “o Mississipi da América do Sul”. In DEMOSTHENES, M. (Org.). Estudos sobre a nova capital do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1947.

_____. A Fundação Coimbra Bueno pela nova capital do Brasil – Decreto nº 49.873 de 11 de janeiro de 1961. Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. *1983: Goiânia 50 anos*. Goiânia: MEC/SECU, 1985.

_____. *Relações de parceria: cultura e arquitetura*. In Revista MODULO, edição 61 / novembro de 1980.

_____. *Edifício*. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. São Paulo: Editora Projeto, 1979.

_____. *Cidade utopia*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

_____. *Arte e técnica na formação do arquiteto*. São Paulo: Studio Nobel: Fundação Vilanova Artigas, 1995.

MARTINÉZ, Alfonso Corona. Ensaio sobre o projeto. Brasília, Editora UnB, 2000.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 [1980].

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

SECCHI, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SILVA, Luís Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: UFG, 1997.

SILVA, Lucia. História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 a Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: e-Papers, 2003.

UNES, Wolney. Identidade art déco de Goiânia. São Paulo: Ateliê Editorial. Goiânia, Ed. Da UFG, 2001.

VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

Arquivo Histórico Estadual de Goiás (IHGG) - Goiânia
- Pasta dos Governadores (nº 2) Jerônimo Coimbra Bueno
Diário Oficial (15/07/1950)

Decreto nº 49.873 de 11/01/1961 e Anexos (nº 1- Súmula da Carta de 1939 ao Getúlio Vargas; nº 2- Cruzada Rumo ao Oeste Discurso do Presidente Getúlio Vargas proferido no Automóvel Clube de Goiás e Manifesto para a organização da “Cruzada rumo ao Oeste”- nº 3- Manifesto por uma civilização sertaneja- nº 4- Relatório da Comissão Preliminar de Estudos da civilização sertaneja (1956) membro: Abelardo Coimbra Bueno.

BUENO, Jerônimo Coimbra. A Fundação Coimbra Bueno pela nova capital do Brasil – Decreto nº 49.873 de 11 de janeiro de 1961. Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

